

Reabilitar para Arrendar: Uma prioridade Nacional

Dar confiança ao mercado para dinamizar a Reabilitação Urbana e o Arrendamento

No dia em que entra em vigor a nova Lei das Rendas, a CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário, considera que esta reforma constitui uma oportunidade única para dinamizar a Reabilitação Urbana e o Arrendamento no nosso País.

Considerando que, em Portugal, ao longo das últimas décadas, foi a falta de confiança dos investidores e a pouca atratividade destes mercados que explicaram a decadência dos centros urbanos e o seu progressivo declínio, a Confederação destaca que, para além de um parque habitacional degradado, com mais de 1,9 milhões de fogos a necessitar de intervenção e a necessidade de estimular atividade económica em áreas como o comércio e o turismo, a aposta neste segmento, à semelhança do que sucede na generalidade dos países europeus, pode, a curto prazo, gerar 130 mil postos de trabalho e disponibilizar as 60 mil habitações para arrendar de que o mercado necessita.

Por isso, considera a CPCI, é imprescindível modificar o discurso, dar segurança e estimular os investidores privados e apresentar soluções consistentes para a inversão do ciclo económico, encarando a reabilitação urbana e o arrendamento como fatores essenciais para uma estratégia de recuperação, alicerçada no peso económico e social da construção e do imobiliário português.

Num momento em que todos apontam a necessidade de captação de investimento, que se encontra no mais baixo nível dos últimos 24 anos, a dinamização do arrendamento e da reabilitação urbana é uma oportunidade que está ao nosso alcance e que importa concretizar, ao mesmo tempo que se dá uma resposta às atuais necessidades de uma população que está confrontada com as restrições no acesso ao crédito e com as exigências de um mercado laboral mais complexo e sujeito a uma maior flexibilidade e mobilidade.

A Reabilitação Urbana é um domínio estratégico assumido pela própria Comissão Europeia como imprescindível para garantir o crescimento sustentado e o emprego, que em Portugal, o segundo País com a menor taxa de arrendamento da Europa e com índices preocupantes de conservação do seu vasto património, se revestem de uma maior relevância dado o potencial que encerram.